

FUNDASP QUER MUDAR CONTRATO DE TRABALHO DOCENTE

A Fundação São Paulo, mantenedora da PUC-SP, emitiu na quarta-feira, 18/6, o ato 02/2014, criando um grupo de trabalho que definirá o novo contrato docente da PUC-SP.

Entre as razões que levaram a Fundasp a tomar esta decisão o documento menciona "que os gastos com folha de pagamento são os maiores na universidade e que revê-los é imperativo para a sustentabilidade da mesma".

A proposta da Fundasp é que o grupo seja integrado por um representante da reitoria, pela professora Maria Amália Andery, como representante do grupo que idealizou a proposta de contrato aprovada no Consun, por cinco diretores de faculdades escolhidos entre seus pares, por um representante da APROPUC, pelo padre Rodolpho Perazzolo, secretário-executivo da Fundação São Paulo que presidirá o grupo na qualidade de representante da empregadora.

O grupo deverá iniciar os seus trabalhos no dia 04 do mês de agosto, às 10hs, e concluí-los até o último dia de outubro deste ano, para que o novo contrato possa ser proposto ao corpo docente da universidade e entrar em vigor já a partir de 2015.

CONQUISTAS DOS DOCENTES

O combalido contrato de trabalho dos professores da PUC-SP, que representou durante vári-

os anos um avanço para os docentes da universidade, vem sofrendo ao longo dos últimos anos uma série de emendas que restringiram em muito a sua abrangência.

A deliberação 65/78, ainda hoje em vigor, mas remendada por uma série de casuísmos, sofreu os impactos das diversas crises econômicas, como a de 2005, que criou a maximização, que ampliou os limites máximos da divisão contratual dos docentes.

Nos anos seguintes à instalação da Fundação São Paulo junto à administração da universidade, as cargas contratuais começam a sofrer sucessivos enxugamentos com redução de horas administrativas, fim de bolsas de pesquisa incorporadas ao contrato e aumento dos alunos em salas de aula em determinadas disciplinas.

Embora a Fundasp anuncie em seu documento "que os contratos trazem em seu bojo muitas conquistas da trajetória política dos docentes que, na medida do razoável, merecem ser preservadas", não deixa de ser preocupante que o principal balizamento da deliberação seja exatamente o aspecto financeiro da universidade, pouco se atentando para as dimensões acadêmicas de possíveis mudanças.

O próximo semestre promete ser de muita luta para os docentes da universidade para que, minimamente, suas condições salariais e de trabalho sejam preservadas.

Solidariedade à greve da USP, Unicamp e Unesp

A Associação dos Professores da PUC-SP - APROPUC - manifesta total solidariedade à greve dos professores, funcionários e estudantes da USP, Unicamp e Unesp. A luta em defesa de reajustes salariais, melhores condições de trabalho e estudo e de uma universidade pública e gratuita de qualidade deve ser a luta de todos os trabalhadores e do conjunto da sociedade.

O Brasil precisa investir no ensino público e gratuito, ampliar o acesso ao nível superior e remunerar dignamente os trabalhadores da educação. É totalmente inaceitável a decisão do conselho de reitores e do governo estadual de congelar os salários de professores e funcionários, ainda mais num momento de explosão inflacionária que corrói e arrocha a remuneração de todos os assalariados.

O direito de greve precisa ser respeitado. A defesa da instituição pública exige a solidariedade

de todos aqueles que acreditam na construção de um país democrático, justo e igualitário, que ofereça educação pública e gratuita para todos. Repudiamos as ameaças autoritárias e as medidas repressivas ao movimento grevista.

Conclamamos as entidades dos trabalhadores, movimentos sociais, estudantes, partidos políticos comprometidos com as liberdades democráticas e instituições em geral, para que manifestem também integral apoio aos que lutam para manter de pé a USP, a Unicamp e a Unesp – esse valioso patrimônio de todos nós. Total solidariedade aos colegas professores.

*Diretoria da Apropuc
17.06.2014*

Leia na página 5 desta edição matéria sobre o ato realizado na Praça da Sé em defesa dos trabalhadores e estudantes das universidades estaduais.

Mais docentes e estudantes manifestam suas congratulações à revogação da pena imposta à professora Bia Abramides

Ainda continuamos recebendo durante as últimas semanas manifestações de congratulações à professora Bia Abramides pela revogação de sua pena pela reitoria da PUC-SP. Abaixo reproduzimos algumas delas.

"Nem tudo está perdido!"

Fabi Itaci Araujo

"Ela podia ter aproveitado a cartinha e pedido pra sair, já que tá com boa vontade!"

Alessandro Eza-bella

"Uma vitória de todos nós."

Renato Tadeu Veroneze

"Parabéns a todos/as pela demonstração de crença e luta. Beatriz Abramides. Seguiremos juntos e estaremos firmes para responder e combater quantas injustiças forem necessárias."

Tiago Barbosa Dos Santos

"Isso Bia, vitória, parabéns pela luta"

Maria Pamplona Dias

"Parabéns Bia! Voce é uma referência para a categoria e para a luta!"

Ana Maria Ramos Estevão

"Vitória que veio da luta! Viva aos que lutam sempre!"

Angela Amaral

Também manifestaram suas congratulações:

Clarissa Menezes, Anaí Garcia, Amanda Oliveira, Paula Peron, Marcelo Paz, Felipe Pegozzi, Ana Lucia Martins Kamimura, Roberto Ameriot, Pedro Alves Fernandes, Byl Souza, Mônica Regina, Nilton Bispo, Daniela Badari, Vega Mi Silva Vega, Marcos Paulo, Varley Sales, Glaucia Almeida Ramos, Vera S. Dos Santos, Ana Carolina Dos Santos, Isabella Germano, Marta Lima, Maura Icléa, Daniela Oliveira, Luana Braga, Raíssa Donadon Berne, Clara Assis, Roberto Guarani Kaiowá de Oliveira, Diogo Francelin, Amanda Blanco Lopez, Pedro Agatão, Helena

Cris Figuti, Luciana Da Fonseca Vieira, Kathiuscia Freitas Coelho, José Carlos Bimbatte Junior, Raphael Moura, Fabiana Burgos, Andressa Souza, Dhyonatan Junior, Ana Paula, João Victor, Felipe Braga Rocha, Fabio Hesus, Soraia Costa, Camila Barroso, Tiago Barbosa Dos Santos, Maria Isabel Capelato, Renata Oliveira, Marlise Vinagre, Amanda Bastos, Claudia Defendi, Conceição Maria Vaz Robaina, Soraya Misleh, Jana Bilate, Priscila Almeida, Gabriella Demarque, Natalia Figueiredo, Vitor Kuniyoshi, Luiz Felipe

Loureiro Foresti, Cris Miranda, Thiago Elias dos Santos Prado, Celma Friedrichs, Paulinha Silva, Adriana Ferreira, Bianca Fasano, Cristina Baltazar, Mateus Soares de Souza, Isabela Souza, Haroldo Caetano, Jefferson Silva, Cristiano Montenegro, Eliana Pereira Silva, Maze Cutinhola, Simone Ishibashi, Nívea Izumi, Rodrigo Lima, Marilea Porfirio, Rachel Gouveia, Renata Rocha Ferraz, Larissa Oliveira, Rhanna Henrique, Gabriela Mendonça, Michelli Daros, Lu Benatti, Cammylla Bretas, Rachel Oliveira

Horários da APROPUC e AFAPUC no mês de julho

A APROPUC deverá funcionar durante o mês de julho das 8 às 18hs, voltando ao seu horário normal no dia 4 de agosto. O plan-

tão jurídico será mantido nos horários de costume. Já a AFAPUC deverá funcionar normalmente durante as férias discentes.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Marcela Reis, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischtordt

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: João Ramalho 182, 7º andar – Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

GAUCHE NA VIDA

A privatização indireta das universidades estaduais paulistas

Desde o início da greve, temas como doações financeiras de ex-alunos e corporações e cobrança de mensalidades têm sido trazidos ao debate

**Cássio Garcia Ribeiro,
Fabiana de Cássia Rodrigues e
Henrique T. Novaes**

A greve que atravessa as três universidades estaduais paulistas desde o final de maio evidencia uma nova ofensiva privatista, que vem sendo facilitada por informações divulgadas por reitores e alguns setores da imprensa. Temas como doações financeiras de ex-alunos e corporações e, principalmente, cobrança de mensalidades, têm sido trazidos à baila pelos setores mais conservadores da sociedade.

Com a adesão do Brasil à agenda neoliberal, não apenas por parte do governo central (o caso do estado de São Paulo é sintomático, sobretudo nessas duas décadas de gestão do PSDB), o setor público vai, paulatinamente, se descomprometendo (total ou parcialmente) de uma série de funções transferidas ao mercado. Nesse contexto, o precário "Estado de bem-estar social", subjacente à Constituição de 1988, assiste a seu setor público brasileiro atendendo apenas superficialmente às demandas de sua população.

Diante desse quadro, a educação se transforma em mercadoria, dando ensejo à criação de nichos de mercado (nos ensinos

fundamental, médio e superior). Ao mesmo tempo, são visíveis os processos de sucateamento e precarização pelos quais passam a educação pública brasileira (em todos os níveis), com investimentos insuficientes, infraestrutura inadequada e profissionais cada vez menos valorizados.

Especificamente no caso da política voltada para o ensino superior, cabe salientar o fenômeno de "privatização indireta" pelo qual vem passando a universidade pública, com o incentivo (pressão?) à captação de recursos externos por parte dos docentes. Com a Lei da Inovação criada em 2004 e o crescimento do poder das Fundações universitárias, parte dos professores se convertem em "empresários da inovação". Nesse contexto, ganham destaque as "Agências de Inovação" (UIN, na Unesp; Agência de Inovação, da Unicamp e USP) e as parcerias entre as Universidades e as corporações transnacionais e nacionais - de alguns ramos - via Fapesp.

Se é verdade que mais de 90% dos recursos das três universidades paulistas ainda vêm dos fundos públicos como ICMS, também é verdade que a cada ano os cursos de extensão e especialização, além das consultorias, vêm ganhando terreno na

agenda de uma parcela dos docentes, como uma forma visível de "complementação" salarial. Vale observar que, além disso, a privatização indireta é reforçada quando algumas universidades públicas condicionam a progressão na carreira à captação de recursos externos.

A ameaça privatista não para por aí. De tempos em tempos, vem à tona a proposta da cobrança de mensalidade como panaceia para as dificuldades orçamentárias das universidades públicas, como tem ocorrido atualmente na "crise" enfrentada pelas estaduais paulistas. Novamente, a privatização surge como alternativa à "escassez" e "má gestão dos recursos públicos".

Todavia, nada se fala sobre a política do governo paulista de ampliação de cursos e campi oferecidos pela USP, Unicamp e Unesp, não acompanhados por aumentos nas verbas destinadas a essas universidades (o percentual do ICMS repassado às três estaduais paulistas é o mesmo desde 1995), tampouco pela contratação de novos professores e funcionários.

Assim, a ampliação se dá, de cima para baixo, não oferecendo, muitas vezes, condições mínimas em termos de recursos humanos e materiais, como é o caso dos campi experimentais

da Unesp. A irresponsabilidade dessa política de ampliação salta aos olhos no caso da interdição do campus Zona Leste da USP, cujas instalações foram construídas sobre solo contaminado.

Além disso, não foi dado nenhum esclarecimento por parte do governo do estado de São Paulo sobre a denúncia do Fórum das Seis de que tal não teriam sido repassados cerca de R\$ 2 bilhões às coirmãs paulistas, entre 2008 e 2013. Aqui, é importante lembrar as contribuições de Aloysio Biondi sobre as privatizações brasileiras, segundo o qual, em muitos casos, primeiramente as estatais eram sucateadas (deixavam de receber financiamento do governo e eram usadas como instrumento de combate à inflação) e, em seguida, transmitia-se à sociedade a ideia de que elas eram ineficientes. Finalmente, após alcançar legitimação, ao menos por parte de uma parcela da população, tais estatais eram privatizadas, em processos que com frequência eram escandalosamente obscuros (com deságio, financiamento "camarada" do BNDES e dívidas assumidas pelo ex-proprietário - ou seja, o próprio governo brasileiro).

continua na próxima página

continuação da página anterior

Isso parece muito com o que vem acontecendo na atual campanha lançada por alguns setores da imprensa em prol da privatização das universidades públicas paulistas. Ora, se o orçamento do setor público é escasso e tais universidades não conseguem geri-lo adequadamente, a saída seria sua privatização. Qualquer semelhança com as privatizações da era FHC não é mera coincidência.

Conforme salientado, é evidente a influência neoliberal no governo paulista e, em sua "agenda de desenvolvimento", apregoa-se a importância da diminuição das funções assumidas pelo Estado, com vistas a torná-lo mais eficiente. "Estado mínimo" e "mercado máximo",

eis a solução para nossos problemas.

Diante desse contexto, salta aos olhos o perigo da proposta de cobrança de mensalidade nas universidades públicas do estado de São Paulo. Um deles reside na possibilidade de que o governo paulista, com a implementação dessa proposta e o aumento dos recursos "não públicos" na formação do orçamento de tais universidades, poderá se sentir tentado a reduzir unilateralmente os repasses a elas.

Infelizmente, nos sentimos desamparados pelo Cruesp (Conselho dos Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo), que, em vez de defender-nos dos ataques privatistas, repete o mantra do governo paulista: "frente ao baixo crescimento do PIB" e à "queda na arrecadação do ICMS", é preciso fazer alguns sacrifícios (leia-se arrocho salarial, cortes em fomento para participação em eventos científicos, redução de recursos para a atividade de extensão etc.).

É de se lamentar a omissão do Cruesp à política de sucateamento praticada pelo governo do estado de São Paulo em relação à USP, à Unesp e à Unicamp, bem como a falta de abertura para o diálogo e de transparência em relação a suas contas.

Combateemos veementemente a privatização de qualquer natureza como solução para os problemas enfrentados pelas universidades públicas paulistas. Defendemos uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Concebendo-a como espaço privilegiado do pensamento livre,

como responsável pela realização de ensino de qualidade, pesquisas e extensão voltadas a atender os interesses do conjunto da população brasileira, na construção de uma nação soberana. Condições incapazes de serem alcançadas por universidades submetidas à lógica mercantil.

Cássio Garcia Ribeiro é docente da Unesp - Franca; Fabiana de Cássia Rodrigues é professora substituta da Unicamp; e Henrique T. Novaes é docente da Unesp - Marília.

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

Cepe termina discussão sobre nova política de graduação da PUC-SP

A reunião extraordinária do conselho de Ensino e Pesquisa, Cepe, realizada na quarta-feira, 18/6, concluiu a discussão da nova Política de Graduação da PUC-SP, que deverá nortear as ações da graduação já a partir do segundo semestre deste ano.

O documento substituirá o atual PPI da universidade, em vigor desde 2004. A pró-reitora de Graduação, Margarida Lima, informou que o documento anterior foi usado como esqueleto para o atual texto, onde foram incorporadas novas atualizações.

Na reunião anterior a professora solicitou aos conselheiros que enviassem suas emendas ao documento para serem

analisadas. Segundo o representante dos estudantes de Ciências Sociais, Bruno Bortoletto, o documento original sofreu poucas alterações em relação ao modelo apresentado na semana anterior. A principal crítica à nova política veio exatamente dos estudantes que não se contentaram unicamente em questionar pontos específicos do documento mas ampliaram sua discussão para o próprio caráter de universidade impresso ao texto.

A pró-reitora de pós-graduação Maria Amália Andery enfatizou que as críticas feitas pelos estudantes não cabiam neste documento, que tinha uma conotação mais pontual, mas deverão ser retomadas na dis-

cussão sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional, PDI, da universidade.

Entre os temas que receberam sugestões pontuais de mudanças estão o estágio, a política de internacionalização da universidade, os cursos sequenciais, os TCCs e optativas, entre outros.

O ponto mais polêmico ficou por conta da mudança sugerida pela Faculdade de Teologia nos chamados créditos teológicos. O representante daquela unidade propôs que esses créditos fossem divididos ao longo do ano nos diversos cursos em dois blocos, um introdutório e comum a todos e outro mais específico voltado à teologia aplicada às

diversas áreas do conhecimento.

Os conselheiros entenderam que a divisão em três créditos semestrais deveria ser incorporada ao documento, porém a caracterização de cada bloco deveria ficar por conta da faculdade, por se tratar de matéria mais específica.

Os Trabalhos de Conclusão de Curso, TCCs, e as optativas também foram discutidos, mas a principal determinação do documento em relação a estas disciplinas (a limitação de número máximo de alunos para seu funcionamento), não sofreu destaques.

O documento deverá ainda seguir para a apreciação do Conselho Universitário, Consun.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Ato das universidades estaduais paulistas mantém greves

Na quarta-feira, 18/6, professores, funcionários e estudantes da USP, Unicamp e Unesp e do Centro Paula Souza, que administra as Fatecs (Faculdades de Tecnologia) e as Etecs (Escolas Técnicas), organizaram um ato na Praça da Sé, no centro de São Paulo, reivindicando educação pública de qualidade no estado.

O ato contou com a presença de representantes do PSOL, do PSTU, da Conlutas (Central Sindical Popular) e de diversos outros segmentos. As demissões arbitrárias dos 42 metroviários, que ocorreram após a greve ser considerada ilegal pela Justiça, foram contestadas pelos organizadores do ato, que pediram pela readmissão dos trabalhadores. O secretário-geral do Sindicato dos metroviários Alex Fernandes estava presente.

Professores, funcionários e estudantes querem negociar com os reitores das universidades em busca de melhores condições de trabalho, reposição de perdas salariais e reajuste que as compense e políticas que garantam a permanência estudantil. A reitoria das universidades negou qualquer tipo de reajuste salarial, não cedendo ao diálogo.

De acordo com Magno de



Na Praça da Sé professores, alunos e funcionários da USP, Unicamp e Unesp realizam ato

Carvalho, diretor do Sintusp (Sindicato dos Trabalhadores da USP), as reitorias das universidades públicas do estado de São Paulo estão calcadas na política do arrocho salarial, além de suspenderem a contratação de professores e funcionários por tempo indeterminado.

"Quem não negocia, renuncia": guiados por essas palavras de ordem, funcionários, professores e estudantes afirmaram que não desejam manter a greve, que querem negociar, mas que deve haver um atendimento mínimo das reivindicações para que as paralisa-

ções terminem.

O deputado estadual pelo PSOL Carlos Alberto Giannazi compareceu ao ato e defendeu a greve das três universidades estaduais paulistas e apresentou o projeto de lei 696/2013, de sua autoria, que prevê a eleição direta para reitor das três universidades estaduais paulistas e defende o fim da lista triplíce. A APROPUC esteve presente ao ato e manifestou o seu apoio aos trabalhadores e estudantes em greve. Veja na capa desta edição a íntegra do documento de apoio.

Metroviários em luta pela readmissão dos 42 trabalhadores

Na segunda-feira, 16/6, o Sindicato dos metroviários se reuniu para organizar atividades que busquem a readmissão dos 42 trabalhadores demitidos na recente greve, que foi considerada ilegal pela Justiça. Para a reunião, foram convidadas entidades sindicais e movimentos populares, que se solidarizam com a causa. A categoria continuará lutando para que os metroviários voltem ao trabalho.

MPL realiza ato pela tarifa zero

Um ano depois da revogação do aumento de 20 centavos nas passagens de ônibus municipais da cidade de São Paulo, o MPL (Movimento Passe Livre) organizou um ato reivindicando a tarifa zero e a readmissão imediata dos 42 metroviários demitidos.

Às 15h de quinta-feira, 19/6, a concentração para o protesto em São Paulo teve início na Praça do Ciclista, na Avenida Paulista. Uma hora e meia depois, cerca de 6 mil manifestantes começaram a marchar sentido Avenida Rebouças, seguindo até a Marginal Pinheiros, onde catracas feitas de papelão foram queimadas em ato simbólico e comemorações pelo aniversário da derrubada da tarifa foram bradadas.

Durante todo esse trajeto o ato foi pacífico e sem intervenção policial, entretanto, no começo da noite, a Tropa de Choque da PM foi acionada e a manifestação foi duramente reprimida na altura da Marginal e de ruas próximas como a Pedroso. Cerca de 60 manifestantes foram detidos pela PM. No mesmo dia, em Belém e Natal, também ocorreram atos organizados pelo MPL pela tarifa zero.

Ocupação do MMRC no Jardins reivindica moradia digna e cultura

Durante a abertura da Copa do Mundo no Brasil, no dia 12/6, cerca de 150 pessoas ocuparam o Edifício Vicente Graviña, na Rua Pamplona, 935. Os membros do Movimento de Moradia da Região do Centro (MMRC) e representantes dos coletivos Androides Andróginos, Rosa Negra e Movimento Passe Livre ocuparam o prédio, abandonado há mais de cinco anos.

O Edifício Vicente Graviña, que pertence a uma família acumuladora de imóveis, é o primeiro da região dos Jardins - uma das mais elitistas da cidade de São Paulo - a ser ocupado. Desde a ocupação, a PM (Polícia Militar) já foi ao local quatro vezes, para denunciar a ilegalidade do ato, já que um boletim de ocorrência foi aberto; porém, a família Graviña ainda não se pronunciou.

O prédio não abrigava pessoas há anos e, portanto, não cumpria sua função social, contribuindo somente com a especulação imobiliária. A proposta da ocupação vai além da moradia, visando também a busca pela cultura e pela arte: o MMRC e os coletivos convidados para ajudar na ocupação, desejam criar uma área de convivência com oficinas abertas ao público e biblioteca.

ROLA NA RAMPA



IZABEL CRISTINA

Saudade!

Acima um dos últimos registros da funcionária Sandra Alves do Nascimento, do Instituto de Pesquisas Linguísticas "Sedes Sapientiae" para Estudos de Português (IP) que perdemos

na semana retrasada. A missa de sétimo dia acontecerá na capela da PUC-SP, no dia 25/3 às 12 h. Na foto ela aparece ao lado da funcionária Margarida Maria M. Siva Couto (à direita).

Esclarecimento da Reitoria ao PUCViva

A Reitoria não revogou nem desfez nenhuma decisão da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, diferentemente do que foi publicado na edição 913 do PUCViva (16/6/2014, nota "Reitoria revoga decisão sobre declaração de suplência"). Na declaração enviada ao sr. Eric Calderoni consta que ele

foi indicado a participar de uma banca de doutorado, em 14 de outubro de 2013, na qualidade de suplente, mas não exerceu a função em razão da presença dos titulares, como já havia sido informado antes pela citada Pró-Reitoria.

A Reitoria

Professor americano coordena oficinas na PUC-SP

O Programa de Pós em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem recebe nos dias 25 e 26/6, a partir das 10h, no campus Monte Alegre (sala 17CA, prédio novo), o professor Scott Crossley, da Georgia State

University. Durante os dois dias, o docente coordenará as oficinas "Natural Language Processing and Its Use in Corpus Linguistic Research" e "Statistical Methods in Corpus-Based Research".

Programação do Tuca continua nas férias

A peça Tribos, de autoria de Nina Raine, com direção de Ulysses Cruz, continua em cartaz no Tuca. A comédia perversa, com sacadas inteligentes e uma questão polêmica - que promete criar uma inusitada relação com a plateia - entretém, provoca questionamentos e entrega um bom espetáculo aos amantes das artes. Entre as estrelas do elenco, estão Antonio e Bruno Fagundes, Arieta Correia, Eliete Cigarini, Guilherme Magon e Raiani Teichmann. Já no Tuca segue em cartaz o espetáculo Retratos Falantes, com o Grupo Tapa. A

peça é uma coletânea de monólogos do autor inglês Alan Bennett. Em um dos monólogos o autor apresenta um solteiro maduro que cuida da mãe em avançada senilidade, que tem prazer em insinuar a homossexualidade dissimulada do filho. Em outro, o jardineiro de um parque revela uma submissão que parece ser penitência ou uma luta silenciosa contra algum obscuro mal secreto. Professores, funcionários e estudantes da PUC-SP pagam R\$10 no ingresso. Para mais informações sobre a programação do Tuca, acesse www.teatrotuca.com.br.

Revista Bakhtiniana já está disponível

A nova edição da Revista Bakhtiniana, publicação dos Estudos do Discurso do Pós em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, já está disponível em formato eletrônico. Criada em 2008 pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem /LAEL-PUCSP e

pelo Grupo de Pesquisa / CNPq Linguagem, Identidade e Memória, tem uma edição publicada a cada seis meses, com artigos e debates produzidos por pesquisadores e professores da área. A revista pode ser consultada no site <http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana>.

Professor da PUC-SP em palestra na UFRPE

O professor Jose Luiz Goldfarb, do Pós-graduação em História da Ciência, ministrará uma palestra no dia 2/7 na Universidade Federal Rural de Pernambuco. A mesa redonda acontecerá

em homenagem ao centenário de nascimento de Mario Schenberg, recifense que foi físico e político, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), morto em 1990.

Alunos de jornalismo conseguem redução de mensalidade

Após algumas semanas de negociação os alunos de Jornalismo e a Fundasp chegaram a um acordo quanto à redução das mensalidades praticadas atualmente. A mensalidade

de paga pelos alunos deverá ficar em torno de R\$1700 já no segundo semestre de 2014, devendo sofrer reajuste, no máximo, pelo valor da inflação deste ano.